

(escalão 1, índice 269), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 512/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

António Costa Pinto, técnico profissional especialista do quadro de pessoal da Delegação Regional de Coimbra do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional especialista principal, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 5, índice 360), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 513/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Natércia Augusta Ruas Santos, técnica profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Coimbra do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional principal, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 4, índice 274), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 514/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

António Manuel Costa Roçado, técnico profissional principal do quadro de pessoal da Delegação Regional de Viseu do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional especialista, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 4, índice 316), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 515/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Paulo Jorge Ribeiro Matos, técnico profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Viseu do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional de 1.ª classe, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 3, índice 238), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 516/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Zita Maria Mendes Santos, técnica profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Lisboa do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional de 1.ª classe, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 5, índice 269), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 517/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Ana Lúcia Primitivo Pinheiro Mestre (2.ª), técnica profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Faro do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional principal, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 5, índice 295), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 518/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Sónia Maria Freitas Jesus (1.ª), técnica profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Faro do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional principal, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 4, índice 274), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 519/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Joaquina Maria Mirrado Caixeiro Ribeiro (2.º), técnica profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Portalegre do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional de 1.ª classe, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 5, índice 269), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 520/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Altino José Pinheiro Barradas (1.º), técnico profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Portalegre do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional de 1.ª classe, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 5, índice 269), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Despacho conjunto n.º 1085/2005. — O n.º 2 do artigo 34.º da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, estipula que o aviso de abertura do concurso de ingresso no Centro de Estudos Judiciários, com indicação dos lugares a preencher, seja publicado durante o mês de Outubro.

Nestes termos, ao abrigo do n.º 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, determina-se que são descongelados, com carácter excepcional, 100 lugares de auditores de justiça, sendo 45 para a magistratura judicial e 55 para a magistratura do Ministério Público, para frequência do XXV Curso Normal de Formação de Magistrados, a ter lugar no ano de actividades de 2006-2007 do Centro de Estudos Judiciários.

7 de Dezembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Despacho conjunto n.º 1086/2005. — A formação médica especializada, após a licenciatura, é condição indispensável para o exercício tecnicamente diferenciado na respectiva área profissional de especialização e requisito específico para o ingresso em carreira, visando também a cobertura das necessidades da população nas diversas áreas profissionais.

Este processo formativo, previsto no Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de Agosto, sob a forma de internato médico, é composto por um período de formação inicial com a duração de um ano e por um período subsequente de formação específica com duração variável, conforme a área profissional em causa, sendo a formação médica da responsabilidade do Ministério da Saúde. Este processo é precedido de concurso e realiza-se nos estabelecimentos e serviços prestadores de cuidados de saúde reconhecidos como idóneos para o efeito e de acordo com a sua capacidade formativa.

De acordo com o n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de Agosto, os internos do internato médico são colocados mediante contrato administrativo de provimento ou, caso sejam funcionários públicos, por nomeação em regime de comissão de serviço extraordinária.

Deste modo, em face do disposto no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, torna-se necessário proceder à atribuição de quotas de descongelamento, justificando-se, pelas razões atrás enunciadas, o recurso à via do descongelamento excepcional de admissões.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, na redacção que lhe foi conferida pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, determina-se o seguinte:

A título excepcional, são descongeladas para o Ministério da Saúde 750 admissões de pessoal médico, para frequência da fase de formação específica do internato médico, com início no 3.º trimestre de 2005, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de Agosto.

7 de Dezembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA CULTURA

Despacho conjunto n.º 1087/2005. — Considerando que a licenciada Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor comunicou, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a antecedência legalmente exigida, o termo da respectiva comissão de serviço enquanto secretária-geral do Ministério da Cultura;

Considerando que essa comunicação foi devidamente acompanhada do relatório de resultados obtidos durante o seu mandato de três anos, conforme se determina no n.º 2 do citado artigo 22.º da mesma lei;

Considerando que a licenciada Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor tem vindo a desempenhar com competência o cargo de secretária-geral do Ministério da Cultura, para o qual foi nomeada pelo despacho conjunto n.º 714/2002, de 25 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 215, de 17 de Setembro de 2002;

Considerando os resultados obtidos e a apreciação do respectivo relatório, foi comunicada expressamente à interessada, de acordo com o n.º 1 do artigo 24.º da citada lei, a renovação da respectiva comissão de serviço;

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 210/99, de 11 de Junho, e ao abrigo do disposto nos artigos 18.º, 19.º e 22.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determina-se o seguinte:

1 — É renovada a comissão de serviço da licenciada Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor no cargo de secretária-geral do Ministério da Cultura, cujo *curriculum vitae* se publica em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 25 de Julho de 2005.

2 de Novembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor;
Data de nascimento — 13 de Junho de 1954.

2 — Habilitações literárias — licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa (ISE — 1982).

3 — Situação actual na função pública:

Especialista de informática, grau 3, nível 2 (escala 4, índice 900, desde 1 de Abril de 2004), do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR);
Secretária-geral do Ministério da Cultura, em comissão de serviço, desde 25 Julho de 2002.

4 — Formação profissional:

Concepção e gestão de projectos, INA, 1994;
Introdução às bases de dados, INA, 1993;
4th Dimension, Microsoft Excell e Word 4.0 — GEDI, 1992;
Seminário «Acompanhamento da operação integrada de desenvolvimento da península de Setúbal»;
Seminário sobre «Partenariat e Politique Régionale», Bruxelas, 1991;

Avaliação de programas operacionais integrados de desenvolvimento (1990) — missão da OCDE (Prof. Quévit);
Acompanhamento e avaliação de programas/projectos do sector público (1989), Roma/estágio — OCDE;
Avaliação financeira de projectos, INA (1989);
Negociação de empréstimos externos, INA;
Noções gerais de organização de ficheiros e métodos de acesso;
Curso sobre o sistema de exploração do UNIVAC 1100;
Noções gerais do System Control Language do EXEC 1100;
Curso de introdução ao FORTRAN;
Curso de introdução aos computadores, utilizando a linguagem COBOL, (INA);
Curso MAPPER (UNIVAC);
Curso básico de informática de gestão (Direcção-Geral de Organização Administrativa).

5 — Experiência profissional:

5.1 — Desde 25 de Julho de 2002 — secretária-geral do Ministério da Cultura, em comissão de serviço;

5.2 — De 13 de Fevereiro a 25 de Julho de 2002 — directora dos Serviços Administrativos e Financeiros do Instituto Português de Museus, direcção de serviços que engloba as áreas de planeamento, contabilidade, tesouraria, pessoal, vencimentos, economato e património;

5.3 — De 23 de Julho de 2001 a 13 de Fevereiro de 2002 — adjunta do Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior para as áreas económica e financeira: acompanhamento da aplicação do modelo de financiamento das instituições do ensino superior público e na elaboração e execução dos orçamentos das dotações comuns do ensino superior, do SAS — Serviços de Acção Social e do FAE — Fundo de Apoio ao Estudante, acompanhamento das acções do ensino superior financiadas pelo PRODEP;

5.4 — De 4 de Maio de 1998 até 2 de Julho de 2001 — adjunta do Gabinete dos Ministros da Cultura para os assuntos económicos e financeiros, nomeadamente acompanhamento na elaboração dos orçamentos dos serviços e institutos do Ministério da Cultura, apoio na implementação do novo POC junto dos serviços do Ministério da Cultura, colaboração na elaboração das Grandes Opções do Plano e na lei do orçamento, bem como na elaboração do relatório do orçamento a apresentar à imprensa.

Através do despacho n.º 8105/2000 (2.ª série) integrou o grupo de trabalho com o objectivo de preparar um conjunto de medidas com vista à reestruturação da estrutura organizacional do Teatro Nacional D. Maria II;

5.5 — De Maio de 1990 a 3 de Maio de 1998 — chefe de divisão de Acompanhamento e Análise, da Direcção Regional de Desenvolvimento Regional (DGDR), desde 28 de Dezembro de 1993, concepção, implementação e desenvolvimento de metodologias de acompanhamento dos programas sectoriais e regionais inseridos no Quadro Comunitário de Apoio (QCA), responsável pela implementação e gestão da base de dados SIDREG, no que se refere aos indicadores físicos de realização física, ligação com o observatório do QCA, com vista à análise do impacto das intervenções operacionais, em particular as apoiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), colaboração na elaboração de relatórios anuais de execução do QCA;

5.6 — De 1987 a 1990 — Departamento de Acompanhamento e Avaliação (DAA), Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional; acompanhamento de projectos e programas — participação na concepção do sistema de acompanhamento e avaliação, cuja metodologia foi aplicada a projectos e programas de investimento público de todos os sectores de actividade, criação de núcleos de acompanhamento autónomos em organismos da administração regional e local para difusão e aplicação da metodologia concebida, elaboração de relatórios de acompanhamento desses projectos e programas, detectando desvios/causas em relação ao planeado, tendo como finalidade o aperfeiçoamento das técnicas de planeamento e gestão, monitora de cursos de formação sobre acompanhamento de projectos e programas destinados a organismos públicos centrais, regionais e autarquias; cooperação internacional (financeira) — participação em diversas missões de supervisão técnico-financeira e de avaliação final, de projectos financiados pelo BIRD (Banco Mundial), BEI (Banco Europeu de Investimentos) e pelo KFW (Banco Federal Alemão);

5.7 — De 1976 a 1987 — Gabinete da Área de Sines (GAS) na Divisão de Informática e Matemática Aplicada — responsável pela manutenção e exploração da rotina do Serviço de Dívida (interna e externa) do GAS; colaboração na implementação do projecto de gestão de pessoal, sua manutenção e exploração, desenvolvimento de processos de segurança e controlo, incluindo processos de recuperação que garantissem a integridade das bases de dados, acompanhamento dos utilizadores no cumprimento de especificações para o controlo e utilização de bases de dados;